
DIFICULDADE NO ACESSO E USO DAS REDES DE APOIO E ATENDIMENTO À MULHER DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

DIFICULTADES PARA ACCEDER Y UTILIZAR REDES DE APOYO Y ASISTENCIA A MUJERES DURANTE LA PANDEMIA COVID-19

DIFFICULTIES IN ACCESSING AND USING SUPPORT NETWORKS AND ASSISTANCE TO WOMEN DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Carolina da Silva Santos¹
Gabriel Siqueira Corrêa²

RESUMO

A violência cometida sobre corpos de mulheres se constitui como um problema que deve ser discutido e enfrentado pela sociedade ao longo dos tempos. Esta questão é agravada pelo atual contexto da COVID-19, enfrentada desde o ano de 2019 no mundo. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo identificar a espacialidade vivida por mulheres que sofrem violência de gênero no município de São Gonçalo. A opção teórica apreende o corpo como escala geográfica de forma a problematizar as condições atuais, em tempos de pandemia, sobre o desafio que se impõe no deslocamento e acesso aos centros de apoio e atendimento à mulher em situação de violência. No campo metodológico foram realizados levantamentos de dados de violência contra a mulher do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro – ISP, além de mapeamento das redes de atendimento e apoio a mulher em situação de violência no município. Como resultado, percebeu-se que a distância e falta de articulação entre os locais de atendimento e apoio, dificultam o acesso e uso destes, e consequentemente influencia as denúncias. No campo teórico, as reflexões são guiadas por referências como SANTOS, (2018, 2021), ao especializar os dados da violência e pensar o corpo como um recorte espacial em disputa; FEDERECI (2017), por outro lado, fornece categorias importantes para compreender o processo-histórico de subordinação feminina. Estes e mais alguns trabalhos estão aqui contidos dialogando com os dados apresentados trazendo questões que podem contribuir com a reflexão sobre a mulher na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo feminino; Violência; COVID-19

Submetido em: 15/09/2021 – **Aceito em:** 05/04/2022 – **Publicado em:** 28/04/2022

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Geografia: Produção Social do Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia - na linha Relações de Poder na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação - Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018). E graduação - bacharel em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (2019). Com carreira em desenvolvimento na área de direitos humanos. Competência acadêmica para atuar na docência de turmas de Ensino Fundamental, Médio e EJA. Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidades e Diversidades nos Vários Espaços Tempos Cotidianos da UERJ/FFP coordenado pela Profa. Dra. Denize Sepulveda. E do Grupo de Estudos Espaço, Diferença e Identidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores coordenado pela Profa. Dra. Mariane de Oliveira Biteti e pelo Prof. Dr. Matheus da Silveira Grandi, Desenvolvendo pesquisas na área dos estudos de gênero, violência contra mulher, violência de gênero, sexualidades, educação e direitos humanos.

² Graduado em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Realizou seu mestrado e doutorado em Geografia na Universidade Federal Fluminense. É Professor Adjunto vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Faculdade de Formação de Professores), ministrando disciplinas relacionadas ao ensino de Geografia e Formação do espaço mundial. Atua como pesquisador do NEGRAM (Núcleo de estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais) debatendo os seguintes temas: Relações Raciais e Geografia; Lei 10.639/03; lutas quilombolas no Brasil e o Branqueamento do Território. Também é coordenador da disciplina de Mundo Contemporâneo da graduação a distância em Geografia pelo CERDERJ.

ABSTRACT

Violence against women's bodies has become a problem that must be discussed and faced by society for two years. This issue is exacerbated by the current context of COVID-19, faced since 2019 in the world. In this sense, or presenting the article aims to identify the spatiality experienced by women who suffer gender violence in the municipality of São Gonçalo. A theoretical option apprehends the body as a geographic scale to problematize the current conditions, in times of a pandemic, about the challenge imposed by not moving and accessing support and care centers for women in situations of violence. In no methodological field were data surveys carried out on violence against women at the Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP, in addition to the mapping of care and support networks for women in situations of violence in the municipality. As a result, it is perceived that the distance and lack of articulation between the places of care and support, makes it difficult to access and use them, and consequently influences the complaints. Not being a theoretical field, the reflections are guided by references such as SANTOS, (2018, 2021), to specialize the facts of violence and think of the body as a spatial cut in dispute; FEDERECI (2017), on the other hand, provides important categories to understand the historical process of female subordination. These and other works are contained here in dialogue with the data presented, outlining issues that can contribute to a reflection on women in society.

KEYWORDS: Feminine body; Violence; COVID-19

RESUMEN

La violencia contra el cuerpo de las mujeres se ha convertido en un problema que debe ser discutido y enfrentado por la sociedad desde hace dos años. Este tema se ve agudizado por el contexto actual del COVID-19, enfrentado desde 2019 en el mundo. En este sentido, la presentación del artículo tiene como objetivo identificar la espacialidad vivida por las mujeres que sufren violencia de género en el municipio de São Gonçalo. Una opción teórica aprehende el cuerpo como escala geográfica para problematizar las condiciones actuales, en tiempos de pandemia, sobre el desafío que impone el no moverse y acceder a centros de apoyo y atención a mujeres en situación de violencia. En ningún campo metodológico se realizaron levantamientos de datos sobre violencia contra la mujer del Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP, además del mapeo de redes de atención y apoyo a mujeres en situación de violencia en el municipio. Como resultado, se percibe que la distancia y la falta de articulación entre los lugares de atención y apoyo, dificulta el acceso y uso de los mismos, y consecuentemente influye en las denuncias. Al no ser un campo teórico, las reflexiones se guían por referentes como SANTOS, (2018, 2021), para especializar los hechos de violencia y pensar el cuerpo como corte espacial en disputa; FEDERECI (2017), por su parte, aporta categorías importantes para comprender el proceso histórico de subordinación femenina. Estos y otros trabajos están contenidos aquí en diálogo con los datos presentados, esbozando cuestiones que pueden contribuir a una reflexión sobre la mujer en la sociedad.

PALABRAS CLAVE: cuerpo femenino; Violencia; COVID-19

INTRODUÇÃO

Em 16 de março de 2020, o município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, decretou situação emergencial, em razão da pandemia de COVID-19, adotando como medidas o isolamento/distanciamento social e a quarentena. Essa situação se manteve mais de um ano

depois, com um crescimento acelerado de casos de contágios e mortes pela doença, que só passaria a diminuir nos primeiros meses de 2022³. Uma consideração importante, sobre contexto vivido em 2020 foi indicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 06 de abril de 2020, ao alertar que no lar, lugar que mulheres e meninas deveriam estar mais seguras, tem se visto o aumento de forma devastadora de abusos e de violências.

Destaca-se que neste contexto o acesso aos espaços de proteção e apoio ficaram mais difíceis. Este problema já existia como destacado por SANTOS (2018, 2021), porém foi potencializado com as dificuldades enfrentadas no deslocamento e acesso pelas normas e medidas restritivas de circulação pela cidade.

Afinal, além de comprometer a mobilidade e circulação das mulheres, também provocam diversas questões e tensionamentos em torno das situações de violência e o deslocamento das mulheres pela cidade. É notório, uma dificuldade enfrentada por mulheres em situação de violência no transitar pela cidade para acesso aos espaços de denúncia, cuidados e acolhimento. O cenário que já não lhes era favorável, foi potencializado negativamente com a pandemia. Diante disso, ressaltamos que os centros de apoio e atendimento à mulher são estruturas essenciais de proteção, prevenção, cuidado e apoio no enfrentamento da violência.

Nesse sentido, no presente artigo, objetiva-se identificar a espacialidade vivida por mulheres que sofrem violência de gênero e necessitam transitar pelo município de São Gonçalo em busca de ajuda, apoio e orientação. A opção teórica busca observar o corpo em tempos de pandemia, a partir do desafio que se impõe no deslocamento e acesso aos centros de apoio e atendimento à mulher em situação de violência. Os sujeitos da pesquisa são constituídos a partir de conflitos (a mulher, seu corpo e violência)

Com a intenção de problematizar questões em escala local, o artigo está estruturado em três partes. Na primeira, demonstra-se como o contexto da pandemia do COVID-19 impacta na violência contra mulher e suas dificuldades de deslocamentos em 2020 e 2021. Na segunda parte é proposto um diálogo sobre corpo feminino e a violência de gênero. Na terceira, apresenta-se a distribuição espacial dos centros de proteção e apoio a vítimas de violência e dificuldades de acesso a esses espaços. Vale sinalizar, que essa problemática é enfrentada em diferentes magnitudes e recortes, mas definimos essa perspectiva para potencializar o que se pretende investigar.

³ Dados referentes até publicação desse artigo

A violência contra a mulher no contexto da COVID-19

A pandemia de COVID-19 é um problema de saúde pública internacional declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As ações de proteção e cuidado com a saúde pública das pessoas as colocou em estado de distanciamento e restrição social, à medida em que essas necessitavam ficar em isolamento do mundo externo ao seu lar, e permanecer mais dentro de casa, no espaço privado doméstico. Muitas dessas pessoas conviveram maior parte do tempo com seus agressores, abusadores e estupradores.

As vítimas de violência, ocorridas no âmbito privado sofreram impactos e agravamentos em suas situações. Neste cenário preocupante, buscou-se mobilizar um recorte em escala local para refletir sobre os distanciamentos, localizações e dados de violência. Isto é feito a partir das ferramentas metodologias disponibilizadas pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) – no estudo intitulado “Monitor da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Período de Isolamento Social”.

Inicialmente, é importante expor que o município de São Gonçalo está localizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro sendo o segundo município mais populoso do estado (perdendo apenas para a capital). A cidade possui uma extensão territorial de 248,160 km² e um contingente populacional expressivo estimado pelo IBGE no ano de 2019 em aproximadamente 1.084.839 habitantes. Sua área é subdividida em cinco distritos (São Gonçalo, Ipiúba, Monjolos, Neves e Sete Pontes) e em 91 bairros.

Em trabalhos anteriores Santos (2018, 2021) estuda os dados de denúncias de violência contra mulher, no município de São Gonçalo, em que destaca os altos índices de violência contra corpos de mulheres, bem como as dificuldades enfrentadas pela distribuição espacial dos centros de atendimento e proteção a mulher.

Como exposto por Santos (2021), São Gonçalo:

“(...) tem em sua agenda diversas questões urgentes a serem resolvidas. Exemplo disso são serviços públicos precários e de baixa qualidade, trajetos e distribuição das redes de apoio a mulher sem infraestruturas e logística. (...) a necessidade de políticas públicas que auxiliem no deslocamento aos espaços de atendimento e acesso, articulação combinada entre as redes e facilitação no processo de atendimento e apoio. A melhoria na mobilidade entre esses espaços pode auxiliar no maior deslocamento de mulheres que buscaram esses espaços. (SANTOS, 2021, p. 115)

É importante dizer que o país está em crise econômica e política instaurada, que tem forte influência da eleição presidencial de 2018 e o Golpe⁴ de 2014. Os índices de empregabilidade formal e informal para obtenção de renda são baixos. Cresce, por sua vez, a precarização econômica bem como a falta de recursos básicos, aliadas as flexibilizações das leis trabalhistas. Esses diversos problemas têm, entre diferentes efeitos, a potencialização da violência e São Gonçalo - uma cidade periférica com forte processo de segregação (dentro do município e na própria relação com a região metropolitana) e alta incidência de pobreza urbana - não estaria fora deste padrão.

As mulheres⁵ são as mais impactadas nesse processo, pois, embora os efeitos sejam devastadores em diferentes níveis sociais, há certas especificidades que demonstram que as consequências são diferentes, conforme classe social e, principalmente, gênero:

Nesse cenário de fragilidade, materializam-se os efeitos da Covid-19, por exemplo, quando optamos pelo isolamento social em casa. Opção que vem revelando desafios, sobretudo para as mulheres e que tem pressionado as políticas públicas envolvidas no enfrentamento à violência contra as mulheres. Além da violência que aumenta com a quarentena, o fato das pessoas estarem em casa escancara a desigual economia do cuidado, em que a responsabilidade e sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados com doentes, criança e idosos são das mulheres. Assim, “a pandemia tem gênero”, como recentemente afirmou a antropóloga Débora Diniz em entrevista publicado na Folha de São Paulo no dia 6/04/2020. Nessa entrevista, Débora Diniz também comenta sobre o fato de que as mulheres perderam “um elo fundamental para a sobrevivência: a conexão com outras mulheres” (BEVILACQUA, 2020, p. 2)

As mulheres, devido a esse contexto, são triplamente violentadas, pela possibilidade de contágio e disseminação que pode ser letal, pelas violências dentro do espaço de convívio familiar e nas dificuldades de acesso e mobilidade a espaços de proteção e apoio à mulher. Para muitas dessas mulheres as medidas de “isolamento social” têm agravado as situações de violência. Em outros casos, o confinamento potencializa as agressões, devido a situações novas de tensões, angústias e ansiedades.

Cabe destacar que o confinamento ao espaço doméstico não é uma novidade para muitas mulheres. Historicamente, como aponta Federeci (2017), as mulheres foram retiradas do espaço público e postas como cuidadoras da família e do lar durante as transformações sociais históricas.

⁴ Consideramos aqui que o processo de impedimento votado contra a Presidenta em exercício Dilma Rouseff, caracterizou-se como golpe, à medida que não houve justificativa pelo crime de responsabilidade que justificasse tal decisão. Ademais, após o afastamento da presidenta, a legislação que balizou todo o processo, foi alterada para atender os interesses da agenda neoliberal.

⁵ A violência patriarcal agride também outros corpos como, por exemplo, mulheres e homens trans, homossexuais, bissexuais, lésbicas entre diversas e múltiplas sexualidades, identidades e gêneros.

O atual momento agrava a situação do deslocamento e acesso a espaços de proteção e apoio. Para uma mulher em situação de violência, já existem muitas dificuldades a serem enfrentadas para chegarem a esses espaços. Entre eles destacam-se: vergonha, constrangimento, medo, instabilidade financeira, entre outras. Mas, durante a pandemia, essas situações se aprofundam, repercutindo no aumento da vulnerabilidade dessas, expostas a diversos tipos de violências, independente da faixa etária, camadas sociais, e cor/raça.

Dados do Instituto de Segurança Pública, do Estado do Rio de Janeiro, nos documentos do Dossiê Mulher publicados anualmente desde 2004, demonstram o grande número de violência doméstica, o que indica que os índices já eram bastante alarmantes antes da pandemia. A violência física praticada na maior parte das vezes no âmbito doméstico - entre o ano de 2004 e 2018 registrou em São Gonçalo 45.074 denúncias e a violência Psicológica 46.642 denúncias.

Esse demonstrativo se potencializa quando observa-se o último levantamento do ISP, que lançou o Monitor da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Período de isolamento social. Este sinaliza a dificuldade de interpretação dos dados, devido ao contexto problemático, o que exige bastante cuidado e empatia. Usando um recorte⁶ de dados entre o período de (13 de março a 31 de maio de 2020), notou-se que, em comparativo ao ano de 2019, em 2020 ocorreu uma queda - se comparado ao mesmo período.

Em contrapartida, o número de ligações para o canal 190 teve um aumento - se comparado ao mesmo período em “Crimes contra a Mulher”. Esse levantamento preliminar do estado nos ajuda a pensar como a ida a esses espaços se tornou mais difícil, pois nota-se que, ainda por meio de solicitação da Polícia Militar em pronto atendimento, ocorreu aumento de chamadas sendo um canal que é mais acessado em tempo de dificuldade de deslocamentos. Além disso, o documento traz como aspectos importantes para se pensar os dados de denúncias, como pode ser verificado nas duas observações abaixo:

(i) tanto temporal quanto espacialmente, o isolamento social abrange mais ou menos pessoas, pois a adesão à quarentena não é linear no tempo, nem homogênea pelos municípios do Rio de Janeiro; e (ii) não é somente possível +como provável que os registros de crimes nas delegacias de polícia tenham sido afetados neste período, por, pelo menos dois motivos, o receio de a vítima se expor a uma situação de contágio do vírus, e a impossibilidade de a vítima sair de sua residência pela presença e controle do agressor. (ISP, 2020)

Diante disso, as violências que ocorrem no espaço doméstico são potencializadas com as tensões do cotidiano, produzidas devido ao momento de possibilidade de contágio e

⁶ Esses dados são referentes ao Estado do Rio de Janeiro.

propagação da COVID-19 - o que apontam que, as mulheres estão sujeitas às novas escalas de violência, além das que já marcam seus corpos no cotidiano.

A pandemia tem desencadeado alterações bruscas na vida das famílias e da sociedade em geral. Medidas de quarentena e restrições nos deslocamentos, necessárias para prevenir ou diminuir a taxa de transmissão da COVID-19, perturbam a rotina de modo geral, adicionando novos focos de tensionamento e estresse. As crianças, em geral, estão fora da rotina escolar/creche, com acesso restrito a atividades de grupo e esportes. Homens e mulheres estão em trabalho remoto ou impossibilitados de trabalhar, o que também implica em sobrecarga, desafios na conciliação de rotinas e exigências com a casa e com cuidados com crianças e outros membros da família. Sendo assim, é possível que as pessoas sintam preocupação recorrente sobre ser infectado, ficar doente, como garantir a subsistência, como encontrar novas opções de cuidados aos idosos e crianças, entre outras. É importante ressaltar que a pandemia atinge as famílias de forma desigual, dependendo de marcadores sociais como gênero, cor da pele, etnia, faixa etária, renda e estrato social. (FIOCRUZ, 2020, p. 2)

Acima, observa-se uma série de situações em que se potencializam as formas de violência diante da sobrecarga de trabalho e o excesso de tempo no espaço privado. Diante dessa situação, para a reflexão do problema da violência contra mulher, torna-se necessário um breve levantamento bibliográfico que nos auxilie a visualização desse fenômeno, entendendo que a pandemia o aprofunda.

Caminhos epistêmicos para debater corpo feminino e a violência de gênero

Para construção do debate de gênero são fundamentais as contribuições de Joan Scott. Para a autora o “gênero é o conceito utilizado para demonstrar que os papéis sociais são construções históricas e culturais que tendem a definir o que é ser homem ou o que é ser mulher” (SCOTT, 1995 p.12). Isso mostra que gênero é uma construção social e não biológica. Ou seja, Scott percebe que cada sujeito de acordo com seu gênero carrega uma carga que deve ser investigado, debatido e analisado.

O corpo feminino vivencia múltiplas violências, atravessadas por ações exercidas pelas pessoas, grupos, instituições, poder público, entre outros agentes. Socializado em padrões de gênero na sua vivência social, cultural, emocional e política. Este é violentado, domesticado e docilizado (FEDERICI, 2017). Isso acontece na forma de agir, falar, se comportar, onde andar, funções na família, na casa, na cama, comportamento com as filhas/os, amigas/os e no trabalho.

Destaca-se que os corpos de mulheres são vistos de formas diferentes e com isso sua submissão e as violências que sofrem mudam segundo as características de raça, classe, idade e sexualidade, como exposto, por bell hooks (2019). Ficam assim cada vez mais expostas às violências cotidianas que estão envoltas por padrões sociais e culturais.

Em sua materialidade o corpo vivencia múltiplas violências que são investidas sobre si, por sua representação social. Com isso, existem diversas características que como Louro, (2004) apresenta marcam as opressões e violências que vão ser enfrentadas por eles na sociedade. Essas que são unicamente baseadas em padrões culturais que definem papéis de subalternização de diferentes corpos.

A violência contra a mulher é, assim, um problema que atinge todas as camadas sociais da nossa sociedade, independente de status social — ainda que mulheres negras e pobres sejam as que mais enfrentam essa realidade. O machismo e sexismo são causas que corroboram para essas violências. Como exposto por Sepulveda & Sepulveda (2019):

O machismo é o comportamento, expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros sexuais, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino. Portanto, o machista é o indivíduo que exerce o machismo. Em um pensamento machista existe um sistema hierárquico de gêneros, onde o masculino está sempre em posição superior ao feminino. Ou seja, o machismo é a ideia errônea de que os homens são "superiores" às mulheres. (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2019, p. 63).

Isso significa que ações violentas, expressadas de diferentes formas nos corpos de mulheres têm relação com a construção histórica da superioridade e poder masculino sobre o feminino. A domesticação dos corpos organizados pelo gênero é visualizada desde os primeiros momentos de vida do ser humano e caminha, ao longo de sua vida, na escola, núcleo familiar entre outros espaços e círculos sociais. Nessa perspectiva o corpo, como apresentado por Santos e Santos (2017), “[...]é marcado pela cultura e se efetiva como uma construção material e imaterial de uma sociedade. O corpo é efetivamente uma forma de expressão e se constitui em um meio com o qual dialogamos com a sociedade.” (SANTOS, SANTOS, 2017, p. 178)

Para este debate, torna-se fundamental entender a relação entre corpo e espaço. Chama-se a atenção que o corpo não é só materialidade, mas, também que, o mesmo tem uma simbologia, na qual corpos de mulheres que sofrem violência vivem uma dimensão espacial diferenciada e com isso tornam-se também espaços de luta. O corpo da mulher que tratamos nesta pesquisa é o corpo que vivencia na escala de casa, a violência, um corpo que vivencia a múltiplas violências na rua quando decide por diferentes questões, como, por exemplo, ir ou não até uma delegacia e abrir uma denúncia ou solicitar orientação e apoio em um espaço de atendimento. A violência contra a mulher é uma expressão direta das diferenciações de gênero e da dominação do “poder” do homem, como nos explica SILVA (2014) ao relacionar esse processo ao espaço:

[...][S]e todas as experiências vividas pelas pessoas possuem uma dimensão espacial e as pessoas experienciam o mundo com seus corpos e seus corpos estão organizados socialmente pelo gênero, podemos afirmar que compreender as formas como homens e mulheres experienciam a vida e, por consequência, o espaço, é com toda certeza profundamente geográfico (SILVA, 2014, p. 98).

Há um histórico de múltiplas violências e conflitos nas experiências que o corpo feminino vivencia em seu espaço particular e no espaço coletivo. Na próxima sessão buscaremos refletir o debate referente ao corpo e as múltiplas violências refletindo sobre as dificuldades de acesso no deslocamento pelo município.

Espaços de apoio, orientação e acolhimento no município São Gonçalo – RJ

Partimos dessa seção nomeando, mapeando e identificando os espaços de atendimento à mulher, juntamente com o diálogo com os dados extraídos do ISP. Essa reflexão é parte da nossa metodologia de pesquisa, que está amarrada a todas reflexões que foram construídas até aqui.

Existem algumas redes de denúncia, apoio e proteção social na cidade de São Gonçalo que são necessários no processo de inquérito, investigação e auxílio durante e após a denúncia. Como, por exemplo, o CEOM - Centro Especial de Orientação à Mulher⁷, NACA - Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente⁸, NEACA - Núcleo Especial de Atendimento à Criança e aos Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e Sexual⁹, MMSG - Movimento de mulheres

⁷ Em São Gonçalo foi criado dois Centros Especiais de Orientação à Mulher Zuzu Angel foi fundado em 26 de agosto de 1997, no bairro de Neves e posteriormente Patrícia Acioli foi fundado no dia 8 de dezembro de 2011 no Jardim Catarina. Ambos criados a partir da percepção de que junto à implantação do DEAM no município havia a necessidade de um centro de orientação e atendimento psicológico às vítimas de violência. Sendo uma instituição pública municipal vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para o Idoso, Mulher e Pessoa com Deficiência, o CEOM trabalha com uma equipe técnica especializada composta por psicólogas, assistentes sociais, advogadas e pessoal administrativo e se configura como um importante instrumento de ajuda à promoção do respeito, igualdade, dignidade e cidadania por meio da orientação e prevenção de casos de violência envolvendo a população feminina.

⁸ Programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o NACA trabalha com casos de suspeita de violência doméstica e intrafamiliar contra crianças e adolescentes. O atendimento é feito caso haja suspeita de violência, seja por encaminhamento ou a partir de procura direta. A equipe técnica avalia e investiga a denúncia e dão início aos atendimentos, enviando relatórios aos conselhos tutelares e à defensoria pública que possam contribuir com a resolução do caso e acabar com os abusos sofridos. O acompanhamento é feito por profissionais da área de assistência social, psicologia e advocacia, buscando conhecer um pouco mais da história da família, da criança e o contexto em que a possível agressão ocorreu, bem como oferecer às partes as orientações necessárias.

⁹ O NEACA atende todo o conjunto familiar visando contribuir para que o problema com a violência seja resolvido. Tal trabalho, essencial para o combate contra a violência sexual sofrida por crianças, jovens e adolescentes, também atende mulheres nessas situações que vivenciam esses espaços com seus filhos e filhas.

em São Gonçalo¹⁰, IML¹¹ - Instituto Médico Legal¹², PSSG - Pronto Socorro de São Gonçalo, além de outros órgãos e instituições que são importantes em diferentes encaminhamentos desse processo e que estão distribuídos em diferentes pontos pela cidade de São Gonçalo. O mapa 1 apresenta o município de São Gonçalo, indicando as principais redes de apoio e proteção a mulher em caso de denúncia de violência. O NACA e o NEACA são projetos¹³ que funcionam na mesma casa e, portanto, endereço que o MMSG.

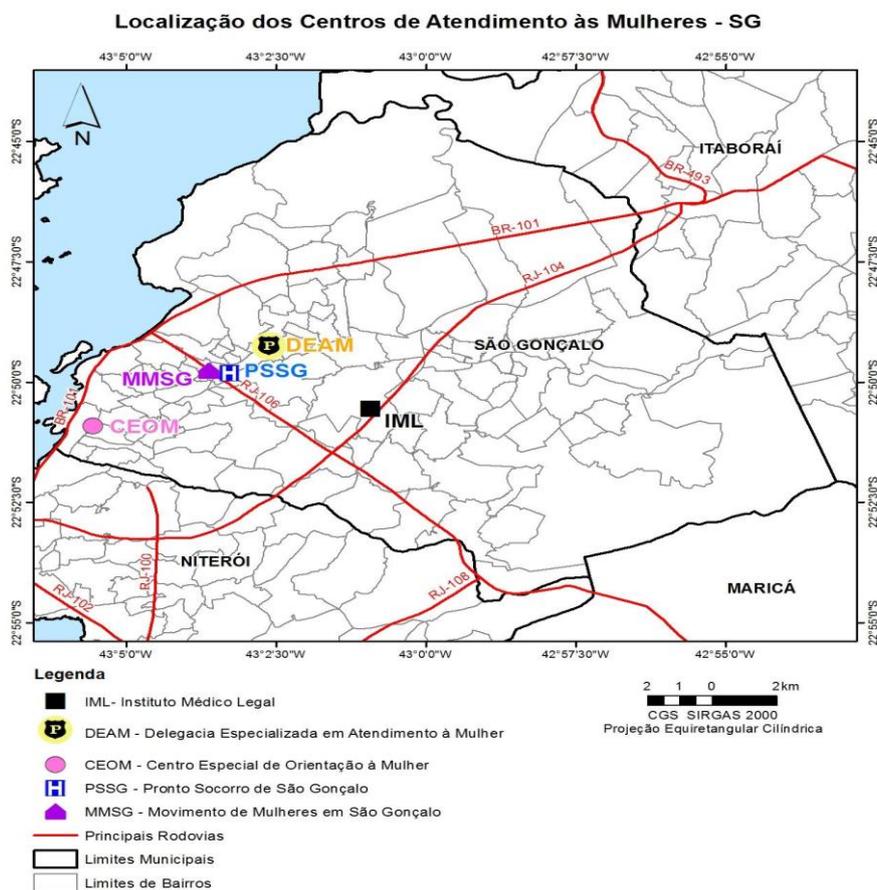
¹⁰ O MMSG é uma ONG, fruto que ação coletiva das mulheres da cidade. Está recebe mulheres e suas filhas/os, dando apoio e orientando sobre seus direitos, oferecendo direcionamento para que tomem as medidas legais (caso tenham interesse) com o objetivo de que o agressor aprenda que violência contra mulher é algo intolerável. Atuam, sobretudo, dando a elas acompanhamento e atendimentos gratuitos e encaminhando aos centros de justiça. Essas mulheres podem chegar ao MMSG por indicação de órgãos de redes de atendimento ou espontaneamente. Estando ativas no município por mais de 30 anos

¹¹ “Ocorrências que exigem exame de corpo de delito: Estupro / Atentado violento ao pudor Após o registro da ocorrência em uma DEAM ou Delegacia Policial, a vítima deve ser encaminhada ao Instituto Médico Legal para exame de corpo de delito, sendo orientada a não se tocar e não se lavar antes do exame pericial. Deve também ser orientada a, imediatamente após o exame, procurar um serviço de saúde para detectar possíveis doenças sexualmente transmissíveis (sífilis, gonorréia, AIDS, hepatite e outras), bem como se prevenir de uma gravidez indesejada. Deve ainda ser orientada para procurar um Centro de Atendimento para receber apoio psicossocial e jurídico. A mulher deve ser informada que, se fi car grávida, estará amparada pela lei para procurar, se esse for o seu desejo, um serviço de abortamento em unidade pública de saúde autorizada a realizá-lo.” (Dossiê 2008, p. 21)

¹² Sendo um órgão da Polícia Civil tem em sua competência coleta de mostruário para perícias médicas e elaboração de laudos que possam auxiliar na investigação de crimes de agressão física.

¹³ Esses projetos são resultado de convênios estabelecidos entre fundações, Estado e entidades que os financiam e o movimento tem a função de supervisioná-los. Estes dois projetos formam um bom exemplo de suas redes de relações, já que funcionam dentro de seu espaço de convivência e são gerenciados pela ONG em um trabalho conjunto com os conselhos tutelares e a promotoria pública. A Justiça encaminha para lá as crianças e adolescentes para que seja feito um acompanhamento com psicólogas/os e pedagogas/os no sentido de oferecerem auxílio na constatação da violência e de reduzir os agravos em crianças, jovens e adolescentes que sofrem com situações como essas.

Mapa 1 – Distribuição principais redes de apoio e proteção a mulher em caso de denúncia de violência de Município de São Gonçalo- RJ



Fonte: Santos, 2018

A DEAM fica localizada próxima ao centro da cidade e articula seu trabalho junto aos serviços e órgãos especializados de atendimento à mulher vítima de violência do estado do Rio de Janeiro, presentes na cidade de São Gonçalo, dentre os quais estão: Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, Alcântara e Instituto de Segurança Pública Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - São Gonçalo.

É importante que esses serviços sejam eficazes e que estejam disponíveis não só a delegacia, mas também os serviços de saúde, defensoria pública, casas de abrigo e atendimento cauteloso, respeitoso e especializado. É válido destacar que todos esses serviços estão funcionando, mas em rodízio de escala, obedecendo às regras de “isolamento social”, ou seja, mantendo suas atividades, mas em caráter de excepcionalidade.

Com isso, umas das formas encontradas para amenizar o horário de atendimento reduzido durante a Pandemia em 2020, foi a possibilidade de realizar as denúncias de forma virtual no próprio site da Polícia Civil, via preenchimento de ficha como uma pré-ocorrência. Também por telefone, como Disque Denúncia no N°. (21)2253-1177, Central de Atendimento à Mulher no N°. 180, Polícia Militar no N°. 190 e Defensoria pública no N°. 129. Alguns outros espaços em atendimento remoto atendem também por telefone ou e-mail. O Movimento de Mulheres de São Gonçalo disponibilizou um chat em seu site <https://www.movimentomulheres.com.br/>, que fica disponível para denúncias, ou diálogo, entre 9h às 20h, ou também atende pelos telefones nos N°. (21) 2606-5003/98464-2179. O CEOM atende em horário reduzido presencialmente, mas também disponibiliza meios de contato pelo número (21) 96427-0012 ou pelo e-mail: ceomzuzuangel@gmail.com.

Esses espaços procuram dialogar entre si, buscam formas de atender e estar disponíveis, mas percebe-se, que não tem sido suficiente por conta da alta demanda, e da resistência dessa forma de atendimento, embora o número, como já falamos, tenha crescido de forma considerável.

Dessa forma, a dificuldade de sair de casa e enfrentar a dinâmica de denúncia, ter acesso por telefone, chat ou e-mail, não alcançada mesma forma todas as mulheres. Requer acesso a informações, a internet, telefone, habilidade de saber utilizar esses canais, oportunidade de momentos que o agressor não esteja perto para que se consiga acessar, saber ler e escrever, além da confiança e credibilidade de que acionando esses canais, se existe a possibilidade de proteção e apoio, entre outros diversos fatores.

A violência contra mulher tem crescido de modo significativo em tempo de pandemia. A denúncia é um importante instrumento de controle e combate à violência, mas muitas ainda não o fazem e ficam à mercê de uma problemática de saúde e segurança pública. Percebe-se que é fundamental o preparo e o trabalho conjunto, não apenas de redes específicas, mas de toda a rede de ação social que inclui a sociedade em cumprir seu papel político para a proteção das vítimas. Muitas mulheres ainda não têm ciência de seus direitos ou não confiam nos serviços de proteção e justiça oferecida pelo Estado. O que une a falta de conhecimento, vergonha e medo na ação individual das vítimas, além da dificuldade própria de sair do estado de choque causado pela violência, como exposto por Souza e Santos (2015):

A mãe, assim como sua filha/o, precisa de ajuda para sair do estado de choque que a violência causou, mas esse pode ser um processo longo e doloroso. Isto porque, até tomarem uma postura ativa diante da situação em que vivem, as mães experimentam vários tipos de sentimentos, tais como: negação, medo, ansiedade, culpa e resistência, principalmente aquelas que também sofreram o mesmo tipo de violência e, em especial, a sexual. Assim, pelas consequências que esses tipos de sentimentos podem causar, o apoio às mães se torna de extrema importância e necessidade no processo

do tratamento psicoterapêutico continuado às vítimas de violência e abuso sexual. (SOUZA e SANTOS. 2015. p. 116)

Diante disso é perceptível a importância do papel social exercido pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo - MMSG, que oferece acompanhamento sociopsicológico e trabalha as questões sobre a violência de gênero, entre outras. Destaca-se, que estas tiveram seu trabalho dificultado pelo próprio risco de contágio, mas que se articularam e se reestruturaram para atender as demandas que surgiram no decorrer da pandemia.¹⁴

Cabe ainda destacar que a violência doméstica atinge as famílias de diferentes classes sociais, com suas particularidades e que é influenciada pela pandemia com inquietações que são impactadas pelos marcadores sociais de cada estrutura e contexto familiar.

O espaço de violência doméstica é um espaço que abusa de todas/os que compõem este ambiente – existe a possibilidade do agressor (a) ser qualquer pessoa (como o pai ou a mãe, entre outras pessoas). Com isso mulheres, crianças, jovens, adolescentes, idosas/os podem viver situações de abusos dentro desse mesmo ambiente. As causas e consequências estão longe de conseguirem ser listadas, mas as angústias, medos e feridas são marcadas nos corpos que sofrem com a violência, seja ela: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

Ou seja, falamos de situações e corpos marcados por violências anteriores a pandemia, e que durante o isolamento, sofrem com a precarização de atendimento e acesso a centros de apoio, o que é extremamente danoso nesse contexto. Afinal, é nesses espaços, mesmo com as dificuldades identificadas, que encontram-se profissionais especializados, por ser um tipo de trabalho necessita de sensibilidade já que a violência doméstica se configura enquanto um fenômeno multifacetado, conforme indica Barros (2005):

A violência doméstica como um fenômeno complexo integra uma vasta gama de componentes relacionais que são pautados em vínculos subjetivos construídos socioculturalmente, por meio dos diversos modos de comunicação específicos. As relações travadas nestes contextos refletem a situação de desigualdade e a assimetria que conformam as relações de poder estabelecidas. O espaço privado, isto é, a esfera doméstica, mesmo que seus contornos não sejam monoliticamente definidos e a sua abrangência abarque sentidos além dos territoriais – incluindo-se questões representativas, simbólicas, subjetivas e objetivas –, constitui uma importante tessitura implicada a outras construções societárias. Esta estruturação define o habitus incorporado e o exercício de poder estabelecido, muitas das vezes, com a supressão de autonomia e extinção dos limites de alteridade de outros membros. (BARROS, 2005, p. 39)

¹⁴ Essa informação foi obtida através da apresentação e debate em evento acadêmico do qual o Movimento De Mulheres de São Gonçalo participou no ano de 2021.

O corpo feminino que vivencia a violência doméstica passa por alterações de suas experiências espaciais que transitam entre o espaço público/privado. São múltiplas experiências individuais e particulares que podem vivenciar este corpo, mas de qualquer forma passam por disputas de vivência e deslocamento na cidade. Os perigos que vão para além da possibilidade de contágio e disseminação do Covid 19. O movimento de transitar ou não por esses espaços configura formas simultâneas de escalas de violência.

Considerações finais

É indispensável que as vítimas de qualquer violência tenham facilidade no acesso desses espaços, além de atendimento qualificado e medidas para além das que têm sido propostas, de forma mais efetiva. De forma a acolher a tranquilizar a vítima, para que tenha melhor condição de sair da situação de violência. Nesta pesquisa, compreende-se que já existia uma dificuldade no acesso a esses espaços pela sua distribuição e organização espacial, situações que foram agravadas com a pandemia.

Sugere-se, que providências de enfrentamento a essa problemática sejam implantadas imediatamente, seja pelos governos municipais, estaduais e federais, além de campanhas de conscientização sobre as formas e canais de denúncia e identificação da violência. Ademais, realização de ações que auxiliem mulheres a se sentirem seguras e confiantes em estar nesses espaços de apoio e proteção. Além de combate e investigação que demandem medidas protetivas urgentes e eficazes e espaços de acolhimentos seguros durante e posterior a pandemia.

Uma informação importante é que, diante da pandemia do COVID-19, mesmo na busca de adequação à nova realidade, durante a quarentena para manter-se funcionando, foi identificada uma queda na ida nesses espaços pelas mulheres vítimas de violência. As dificuldades que podem estar vinculadas são: o medo de contágio, a dificuldade de locomoção e o acesso e confiança nesses espaços. Não é afirmado que apenas tenha aumentado a violência, mas que elas têm se potencializado no espaço doméstico, criando impactos devastadores, que não são possíveis de mensuração.

Julga-se necessário que mesmo durante as medidas de isolamento e distanciamento social, os espaços de atendimentos estejam cada vez mais articulados e que exista uma facilidade no acesso, atendimento e suporte a mulheres que sofrem violência, ainda que essas ações sejam contínuas mesmo finalizando a questão atual de isolamento. Os espaços de proteção-acolhimento que existem precisam estar mais articulados em formas de redes de apoio, contato e comunicação, além de estarem melhor distribuídos, para que as mulheres que sofrem violência consigam ter garantias de medidas preventivas e garantam a segurança durante

o andamento das denúncias. É preciso, sobretudo, formar e fortalecer as redes, os movimentos e as instituições.

Diante destas reflexões, destaca-se a importância da participação de mulheres na elaboração de políticas públicas que se tornam palco de luta e militância política. Assim, é possível contribuir com questões que envolvam: as políticas de segurança, o acesso a serviços públicos, a mobilidade urbana, a iluminação pública entre outros.

REFERÊNCIAS

BARROS, Nivia Valença. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2005. Tese de doutorado. Disponível em http://www.uff.br/maishumana/acervo/publicacoes/teses/viol_intraf1.pdf

BEVILACQUA, Paula Dias. **Mulheres, violência e pandemia de novo coronavírus.** Agência Fiocruz. 2020. Acesso: 11 de setembro de 2021. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41000/2/Mulheres%2c%20viol%C3%Aancia%20e%20pandemia%20de%20novo%20coronav%C3%ADrus.pdf>>

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva/** Silvia Federici. Tradução ColetivoSycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FIO CRUZ. Saúde mental e atenção psicossocial na Pandemia da COVID-19: **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA COVID-19.** Acesso : 11 de setembro de 2021. disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41121/2/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica-e-familiar-na-Covid-19.pdf>>

hooks, bell, 1952 - **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/** bellhooks; tradução Ana Luiza libânio - 4º ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Rio de Janeiro). Acesso: 04 de abril de 2022. Disponível em: <<http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/monitor/index.html>>

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Rio de Janeiro). **Dossiê Mulher.** Acesso: 11 de setembro de 2021. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=212>>

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidades e teoria queer/ Guacira Lopes Louro. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OPAS BRASIL. Folha informativa - **Violência contra as mulheres**. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820>. Acesso: 22 de agosto de 2020

SANTOS, Carolina da Silva. **A violência doméstica vivenciada no espaço geográfico pelo corpo feminino**: uma análise sobre o movimento de mulheres em São Gonçalo. 2018. 86 f. / Carolina da Silva Santos. Monografia em geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo - 2018.

SANTOS, Carolina da Silva. **A escalaridade do corpo na violência contra mulher**: uma análise a partir do município de São Gonçalo - RJ. 2021. 131f. Dissertação (Mestrado) em geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

SANTOS, Roseli Alves; SANTOS, Luiz César Teixeira dos. Gênero e Corporeidade. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 177-193, 2017. ISSN 21772886.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Trabalhando questões de gênero: criando e recriando currículos para a valorização do feminino. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 11, n.4, p 58-80, set/dez, 2019.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e Espaço. In: AZEVEDO, Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso de (orgs). **Ensino de geografia**: novos temas para a geografia escolar. EDIÇÃO/ANO: 1a – 2014.

SOUZA, Marisa Chaves de, SANTOS, Douglas Bianchi dos. **Fortalecendo a rede de proteção à criança e ao adolescente**: desafios e possibilidades para a equipe do NEACA de São Gonçalo - RJ/São Paulo: all Print Editora, 2015.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.